

Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: <a href="mailto:www.camaramonteazul.sp.gov.br">www.camaramonteazul.sp.gov.br</a>
Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 1.407/2.024, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2.024.

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SALÁRIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA, ESTADO DE SÃO PAULO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS, APRESENTA O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2.024, a título de revisão geral anual (RGA), o reajuste de 4,62 % (quatro inteiros e sessenta e dois décimos por cento) para todos os servidores públicos da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

Parágrafo Único - O reajuste a que se refere o caput do artigo será concedido a título de revisão geral anual, prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, com aplicação acumulada do índice medido pelo IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 2º. Os servidores públicos da Câmara que percebem o menor piso salarial do Município, não poderão perceber salário e vencimentos inferiores ao menor salário-mínimo estadual vigente.

Art. 3º. Fica vedado a concessão da revisão geral anual aos agentes políticos, por força do princípio da anterioridade legislativa e do princípio da fixação de subsídio em parcela única.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas com os recursos próprios, suplementados oportunamente, se for necessário.

8

A STATE OF THE PARTY OF THE PAR



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17-3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

Art. 5°. Fica dispensada a necessidade de apresentação do impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 2° da presente Lei, por determinação do § 6° do artigo 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e anexa-se a presente Lei o impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 3° da presente Lei.

Art. 6°. Esta Lei entra em vigor a partir de 1° de janeiro de 2.024, observada as vedações contidas na Lei Complementar Federal nº 173/2.020.

Monte Azul Paulista, 05 de fevereiro de 2.024.

FABIO JERONIMO MARQUES

Presidente

JOSÉ A PEREZ CANTORI

Vice-Presidente

ELIEL PRIOLI

1º Secretário

Fabro latonimo alatiques - Prasidents Camste Municipal da Monta Azul Pauligia RIVAL ALVES
2ª Secretário

Fábro Járceimo Marquec - Presidente Censta Municipal de Mome Azol Paulista Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

DESPACHO para a Comissão de

Constituição, Justiça a Redação.

Plenário das Sessões, em 16 1 21

Fábio Jerônimo Marques - Prosidente

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista
DESPACHO para a Comissão de Finanças e Orçamento
Plenário das Sessões. em

Fábio Jerônimo Marques - Presidente Câmare Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista PUBLIQUE-SE PARA PRÓXIMA ORDEM DO DIA Plenário das Sessões, em 15 / 02/24

> Fábio Jerônimo Marques - Presidente Cémara Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista APROVADO

Plenário das Sessoes, em 15 102,24

Fábio Jerônimo Marques - Presidenta Câmera Municipal de Monte Azul Paulista

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista EXTRAI-SE O COMPETENTE AUTÓGRAFO Plenário das Sessões, em 10 /00 /24

Fábio Jerónimo Marques - Presidente Cémara Municipal de Monte Azul Paulista



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

#### **JUSTIFICATIVA**

O Presente Projeto de Lei Projeto concede, a esse título, a porcentagem de aplicação calculada pelo índice do RGA (Revisão Geral Anual) dos últimos 12 (doze) meses, que hoje é acumulado em 4,62 % (quatro inteiros e sessenta e dois décimos por cento), para reajustar os salários e vencimentos dos servidores municipais da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

Contudo, dentro das observações da legalidade e da constitucionalidade do terna, e a critério discricionário da Mesa Diretora, optou-se pela concessão de aumento real dos vencimentos e salários, conferidos a partir de 1º de janeiro de 2.024.

Q. \( \right\)

ED A



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: <a href="www.camaramonteazul.sp.gov.br">www.camaramonteazul.sp.gov.br</a>
Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br

# ANEXO II VALOR DE REFERÊNCIA SALARIAL

REFER.	VALOR
01	2.197,02
02	2.353,95
03	2.950,28
04	3.138,60
05	3.766,32
06	4.394,04
07	6.277,20
08	8.055,74
09	9.625,04

Obs: Com RGA de 4,62% concedidos a partir de 01/2024.

D. En the



Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: <u>www.camaramonteazul.sp.gov.br</u>





# PARECER JURÍDICO n.: 004/2024

Interessado: Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

Assunto: Projeto de Lei 1.407 de 05 de Fevereiro de 2024, que dispõe "CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E AUMENTO REAL AOS SALÁRIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA".

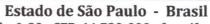
#### 1. Relatório:

Trata-se da legalidade do Projeto de Lei que concede RGA e aumento real aos funcionários públicos da Câmara Municipal.

#### 2. Fundamentação:

O Projeto de Lei em discussão tem sua autoria apresentada pela mesa Diretora da Câmara atendo assim o que dispõe o artigo 13 e seguintes do Regimento interno da Câmara Municipal de Monte azul Paulista.

O referido Projeto de Lei dispõe sobre Concede aos funcionários públicos municipais constantes do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, reposição salarial de 4,62% (quatro inteiros e sessenta e dois décimos por cento), ou seja, cumpre o dispositivo Constitucional abaixo:



Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254





Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

**X** - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de (Redação dada indices: pela Emenda Constitucional no 19, de 1998) (Regulamento)

Assim, há Legalidade e constitucionalidades se apresentam no mérito da discussão do Projeto de Lei.

Desta forma, a Mesa da Câmara Municipal aplica o que dispõe a Constituição Federal e deixamos claro que a reposição geral anual não é aumento salarial e sim um direito de todos os servidores públicos, ou seja, a não aplicabilidade do disposto acima estaríamos deixando de cumprir a Lei Magna que é a Constituição Federal.

AINDA, o com maior gravidade, pois, em 2021 foi aprovada nesta Casa de Leis a Lei 2.293/2021 onde dispõe em seu artigo 13, que passamos a transcrever:



Estado de São Paulo - Brasil

.....

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br
Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br



ARTIGO 13 - <u>A Tabela de</u>
<u>Referência Salarial constante do Anexo</u>
<u>II deverá ser corrigida anualmente,</u>
<u>sempre no mês de Janeiro, obedecendo</u>
<u>à variação oficial da inflação do período</u>
<u>correspondente, assegurando a</u>
<u>preservação do valor real.</u>

Ou seja, o não cumprimento do disposto neste Projeto de Lei, torna-se mais grave o quadro jurídico apresentado, pois, o artigo 13 da 2.293/2021, impõe o dever de no ano e no mesmo período sem distinção de índice a revisão geral anual.

Desta forma, importante frisar novamente que a revisão geral anual não e aumento salarial e sim um direito garantido pela Constituição Federal e no caso da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista e garantido pela Constituição Federal e por sua própria Lei.

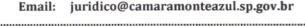
Ainda, deve-se ressaltar o princípio da periodicidade onde no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal garantiu ao servidor público anualmente, no mínimo uma revisão geral. Ou seja, os argumentos se apresentam de forma esparsa, nas normas legais e princípios constitucionais e ainda na jurisprudência dos nossos tribunais:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). Norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão





Site: <a href="www.camaramonteazul.sp.gov.br">www.camaramonteazul.sp.gov.br</a>
mail: juridico@camaramonteazul.sp.gov.b





geral da remuneração dos servidores da União, prevista no dispositivo constitucional destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1°, II, a, da CF. Mora que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC no 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2º, in fine, que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação.

(STF - ADI: 2061 DF, Relator: ILMAR GALVÃO, Data de Julgamento: 25/04/2001, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 29-06-2001 PP-00033 EMENT VOL-02037-03 PP-00454 RTJ VOL-00179-02 PP-00587)

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO. ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (REDAÇÃO DA EC N.º 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998). ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Norma constitucional que impõe ao Governador do Estado o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores estaduais, prevista no dispositivo constitucional em destaque, na qualidade de titular exclusivo da competência para iniciativa da espécie, na forma prevista no art. 61, § 1.º, II, a, da Carta da Republica. Mora





Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: juridico@camaramonteazul.sp.gov.br



que, no caso, se tem por verificada, quanto à observância do preceito constitucional, desde junho de 1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC n.º 19/98. Não se compreende, a providência, nas atribuições de natureza administrativa do Chefe do Poder Executivo, não havendo cogitar, por isso, da aplicação, no caso, da norma do art. 103, § 2.º, in fine, que prevê a fixação de prazo para o mister. Procedência parcial da ação.

(STF - ADI: 2498 ES, Relator: Min. ILMAR GALVÃO, Data de Julgamento: 19/12/2001, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 15-03-2002 PP-00031 EMENT VOL-02061-01 PP-00112)

A presente medida, o Legislativo Municipal objetiva a adoção de uma política de valorização dos servidores públicos municipais, que em respeito ao artigo 37, XII da Constituição Federal.

Desta forma no que concerne à análise da proposição em comento, isto é, a sujeição de seu objetivo à efetiva concreção da disposição legal, verifica-se que, no sentido de valorizar o trabalho efetuado pelos servidores municipais, a norma atende as disposições legais vigentes, em especial, a Lei nº. 10.261/68, em seu artigo 124, II que dispõe que o funcionário poderá receber gratificações, além do valor do padrão do cargo.

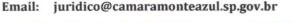
A Lei 8.112/90, que Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, em seu artigo 61, preceitua que além dos vencimentos e das vantagens previstas nesta lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais.



Estado de São Paulo - Brasil

Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br





Diante de todo o exposto, achando por fim que o Projeto de Lei apresentado com suas justificativas e meios legais e constitucionais, para melhor analise pelas comissões permanentes desta Casa Legislativa.

#### 3. Conclusão

Por essas razões, esta Assessoria Jurídica Legislativa opina pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** da tramitação, discussão e votação da matéria proposta, não vislumbrando qualquer vício de inconstitucionalidade que impeça o seu normal trâmite.

É o parecer, salvo melhor e soberano juízo das Comissões e Plenário desta Casa Legislativa.

Monte Azul Paulista, 15 de Fevereiro de 2024.

WILSON RODRIGO GARCIA Procurador Jurídico OAB/SP 276.158



Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254 Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br Estado de São Paulo



Paulista. Para verificar as assinaturas, clique https://monteazulpaulista.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=X7FXY5DPKX1H PGZ1, ou vá até o site https://monteazulpaulista.siscam.com.br/documentos/autenticar\_e

utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: X7FX-Y5DP-KX1H-PGZ1

Wilson Rodrigo Garcia

Juridico

Assinado em 15/02/2024, às 08:30:23



"Palácio 8 de Março"

Rua Cel. João Manoel, nº 90 - CEP. 14730-000 - fone: 17- 3361-1254 CNPJ nº 54.163.167/0001-00 = site: www.camaramonteazul.sp.gov.br email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo - Brasil

# **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA OS ARTIGOS 141 E 142 E SEUS PARÁGRAFOS DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, FICA VOSSA EXCELÊNCIA CONVOCADO A COMPARECER NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA/SP, ÀS 17 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2024 PARA REALIZAÇÃO DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2024 DA 18ª LEGISLATURA, QUATRIÊNIO 2021/2024.

#### PRIMEIRA E ÚNICA PARTE DOS TRABALHOS - ORDEM DO DIA Plansed

PROJETO DE LEI Nº 1.407/2024 - CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SALÁRIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA.

PROJETO DE LEI Nº 1.408/2024 - ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 2.335, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE MONTE AZUL PAULISTA - SP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO PISO SALARIAL NACIONAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO A QUE SE REFERE A LEI FEDERAL Nº 11.738/2008.

MONTE AZUL PAULISTA, 16 DE FEVEREIRO DE 2024.

FÁBIO JERÔN MO MARQUES Presidente da Camara Municipal Monte Azul Paulista – SP.

# RECEBI UMA CÓPIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024, ÀS 17H 30MIN.

#### MONTE AZUL PAULISTA, 16 DE FEVEREIRO DE 2024.

	Vereador	Assinatura	Data de recebimento	Hora de recebimento
SEUS OSSA	Eliel Prioli	Siet News	16/02/2024	14:54
EQ et	José Alfredo P. Cantori	antoi	16/02/2029	14256 min
	Leandro Pereira	TE DOS TRABALHOS - ORDEN	RA E UNICA PAR	Eigifi 9
	Luciana Ap. Kubica	Luciana Ap. hunica	16/02/2024	14 L 56
MBRO RA E SP, E	Luciene Ap. C. Fachini	Dimi	16/02/24	14: 14
	Mardqueu S. França Filho	A QUE SE REFERE A LEI RED	ARS JAN HED ODLIZUA ( JĖMI	OUTRAS PROS SONAL DO MAGI
	Orival Alves	War Sand	16/02/24	162
	Ricardo Sanches Lima	AB	eing just timo	
	Rodrigo F. Arruda		16/01/24	15:46
	Walter A. Silva Rodrigues	JERÖLMÉD MAROHES te up Galaris Municipal c Azul Paulista – SP.	rabjeer?	

19/02/2024, 09:38

Ler-

Imprimir

Fechar

De:

Camila Donadon (secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br)

Data:

Fri, 16 Feb 2024 15:41:16 -0300

Para:

fabioj.marques@adv.oabsp.org.br, lu\_kubica@hotmail.com, oficinafachiniescritorio@hotmail.com,

mdq9122@hotmail.com, ricsanlima@hotmail.com, diretoria@arrudestufas.com.br, walterlesao@gmail.com,

elielprioli@gmail.com, zinhocantori@gmail.com, fabioj.marques@camaramonteazul.sp.gov.br, leandro.pereira@camaramonteazul.sp.gov.br, luciene.fachini@camaramonteazul.sp.gov.br, presidencia@camaramonteazul.sp.gov.br, orival.alves@camaramonteazul.sp.gov.br,

ricardo.sanches@camaramonteazul.sp.gov.br, rodrigo.arruda@camaramonteazul.sp.gov.br,

walter.lezao@camaramonteazul.sp.gov.br

Cc:

secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br Edital de Convocação e Projetos de Lei

Assunto: Anexos:

Edital Convocação 2ª Extraordinária -001.pdf, Projeto Lei 1407.2024.pdf, Projeto Lei 1408.2024.pdf

Boa tarde, senhores vereadores.

Por determinação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, na próxima segunda-feira, dia 19 de fevereiro de 2024, às 17 horas e 30 minutos, ocorrerá a 2ª Sessão Extraordinária de 2024 para apreciação de Projetos de Lei nº 1407 e 1408/2024.

Segue os Projetos que serão discutidos e votados, como o Edital de Convovação para agilizar os estudos de apreciação dos referidos.

Att.

Camila

19/02/2024, 08:45 Ler-

Imprimir Fechar

De: Fabioj Marques (fabioj.marques@adv.oabsp.org.br)

Data: Fri, 16 Feb 2024 18:46:33 -0300

Para: secretaria2@camaramonteazul.sp.gov.br

Assunto: Confirmação de Leitura (exibida): Edital de Convocação e Projetos de Lei

Anexos: MDNPart2.txt

Esta é uma confirmação de leitura da sua mensagem

Para: <fabioj.marques@adv.oabsp.org.br>, <lu kubica@hotmail.com>,

<oficinafachiniescritorio@hotmail.com>, <mdq9122@hotmail.com>,

<ricsanlima@hotmail.com>, <diretoria@arrudestufas.com.br>,

<walterlesao@gmail.com>, <elielprioli@gmail.com>, <zinhocantori@gmail.com>,

<fabioj.marques@camaramonteazul.sp.gov.br>,

<leandro.pereira@camaramonteazul.sp.gov.br>,

<luciene.fachini@camaramonteazul.sp.gov.br>,

cpresidencia@camaramonteazul.sp.gov.br>,

<orival.alves@camaramonteazul.sp.gov.br>,

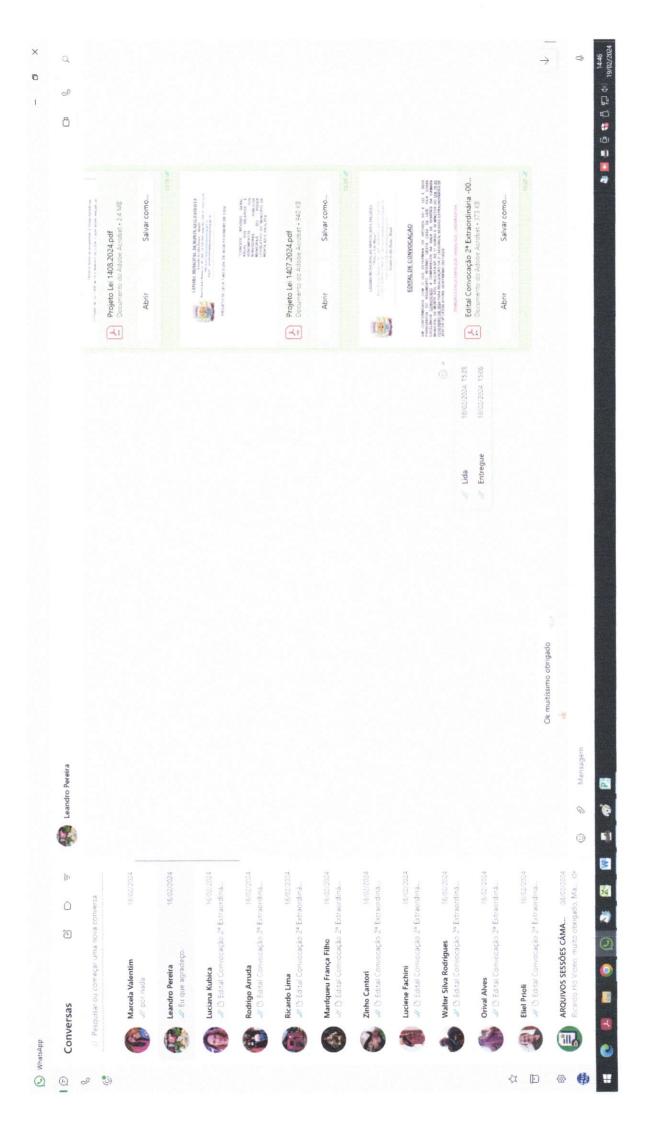
<ricardo.sanches@camaramonteazul.sp.gov.br>,

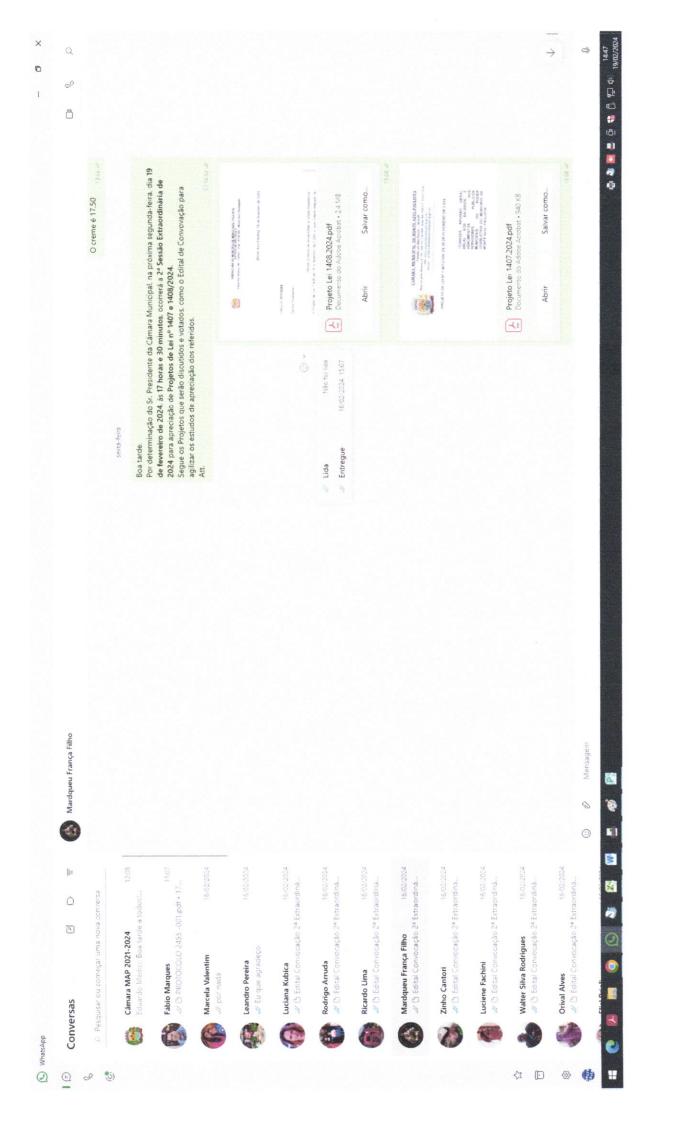
<rodrigo.arruda@camaramonteazul.sp.gov.br>,
<walter.lezao@camaramonteazul.sp.gov.br>

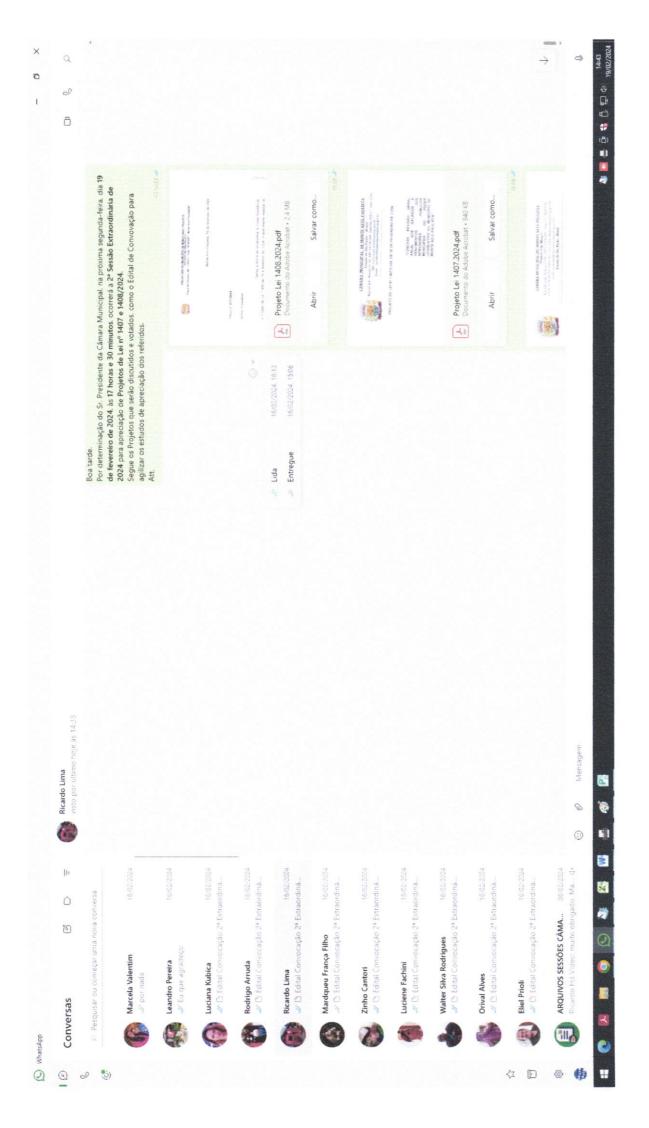
Assunto: Edital de Convocação e Projetos de Lei

Data: 16/02/2024 15:41

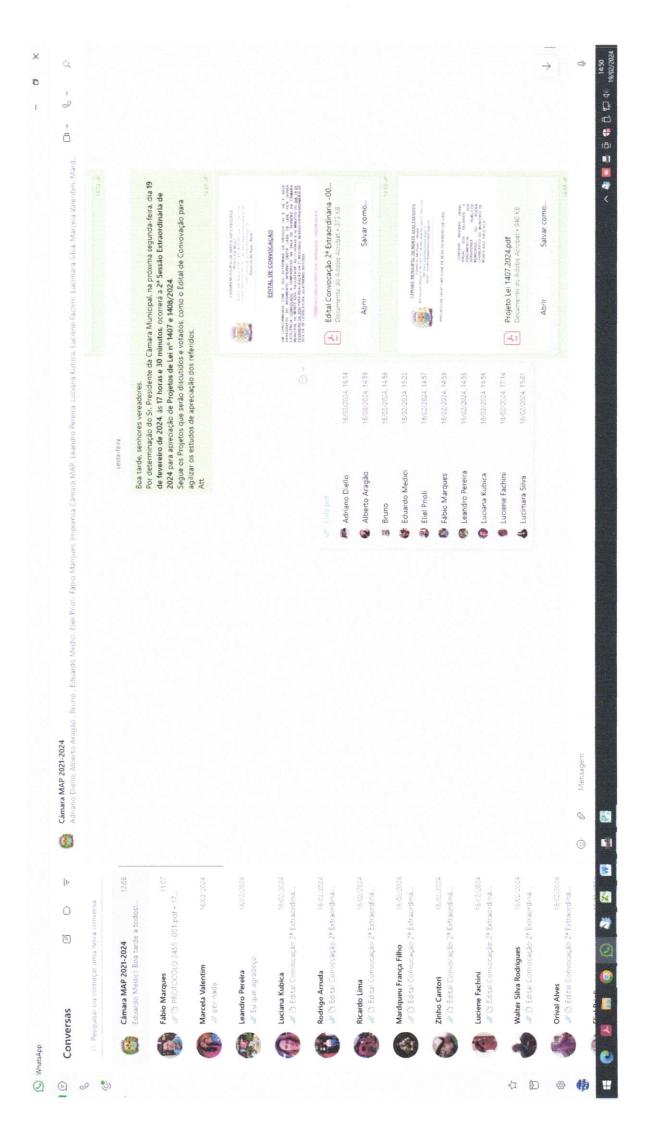
Nota: Esta confirmação de leitura somente informa que a mensagem foi aberta no computador do destinatário. Não há garantia que o destinatário tenha lido ou compreendido o conteúdo da mensagem.

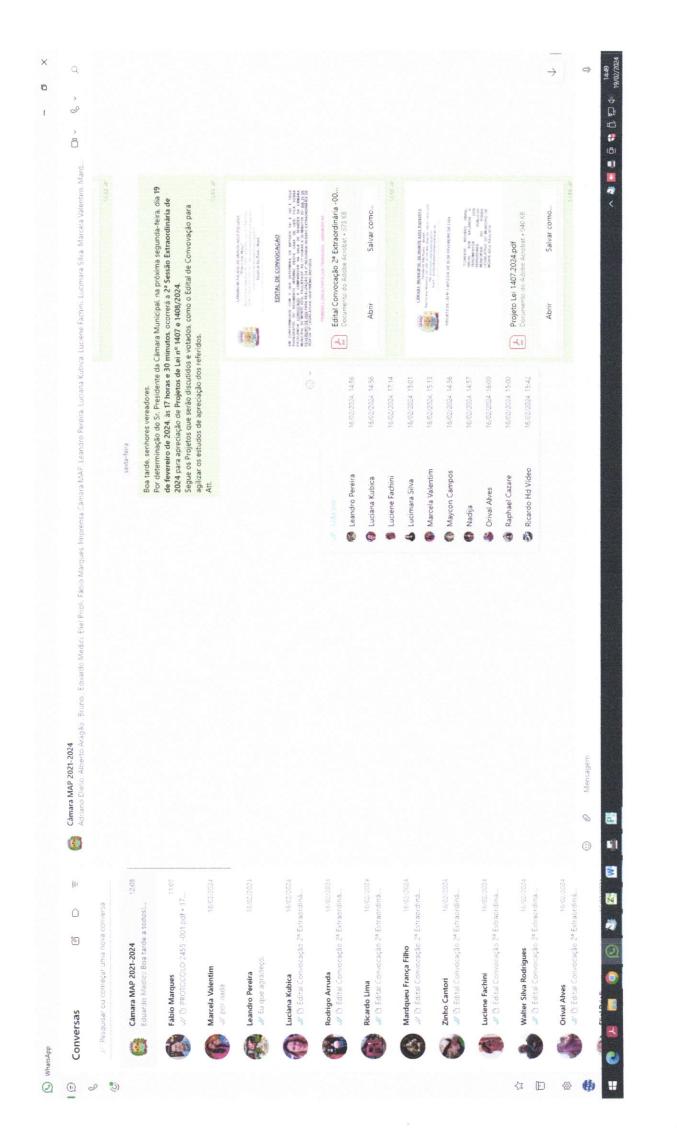


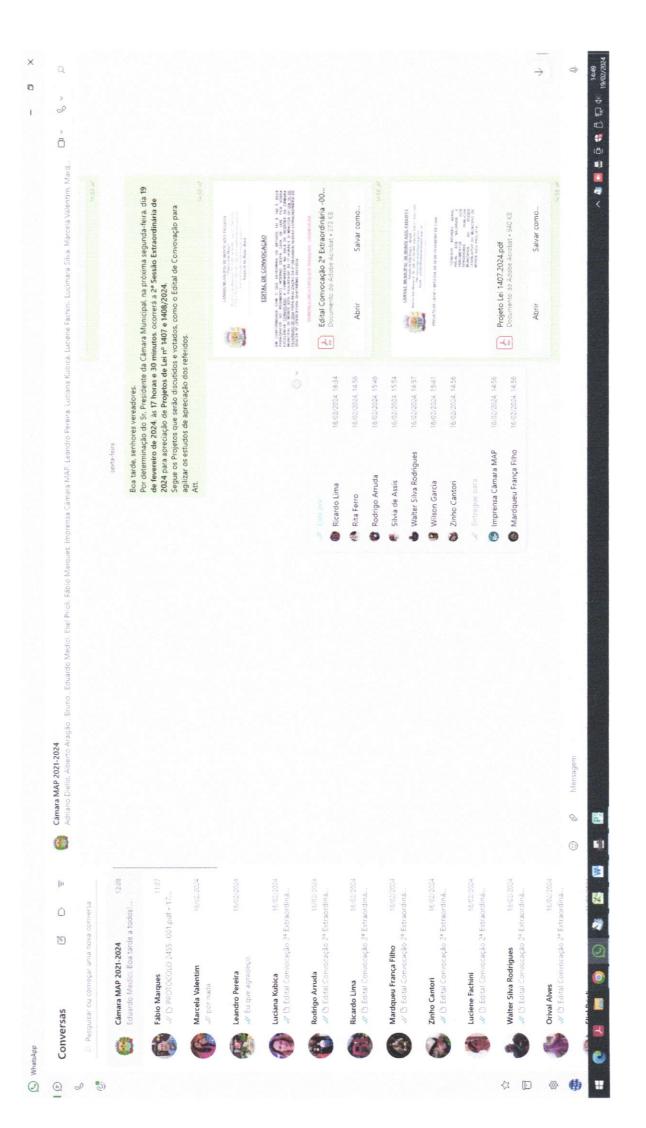














Rua Cel. João Manoel, nº. 90 - CEP. 14.730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361.1254

Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br d e São Paulo Estado

#### PARECER EM CONJUNTO DAS COMISSÕES PERMANENTES CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E FINANÇAS E ORÇAMENTO

Referente: Projeto de Lei nº 1407, de 05 de fevereiro de 2024.

Concede Revisão Geral Anual aos Salários e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo do município de Monte Azul Paulista.

#### DECISÃO DAS COMISSÕES

Estas Comissões de Constituição, Justiça e Redação; e Finanças e Orçamento após proceder ao cuidadoso exame no "Projeto de Lei nº 1407/2024 de 05 de fevereiro de 2024, que Concede Revisão Geral Anual aos Salários e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo do município de Monte Azul Paulista" em reunião de seus membros, analisando suas disposições nada encontraram que ferissem as normas constitucionais, legais ou jurídicas e decidiram emitir PARECER FAVORÁVEL, pois o referido Projeto está revestido das formalidades legais, acompanhando parecer emitido pelo Procurador Jurídico, esperando merecer o apoio dos demais pares desta Casa de Leis.

> Pania Jeronimo Marques - Fresidento Monte Azul Paulista, 19 de fevereiro de 2024.

Comissão de Constituição. Justica e Redação

Rodrigo Fernando Arruda Presidente

José Alfredo Perez Cantori Membro

Comissão de Finanças e Orçamento

> Eliel Prioli Presidente

Luciene Ap. Cudinhoto Fachini

Relatora

Luciana Aparecida Kubica

Membro

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista PUBLIQUE-SE PARA PRÓXIMA ORDEM DO DIA Plenário das Sessões em 19 , 02 , 24 Monte Azut Paulisla

> Fábio Jerônimo Marques - Presidente Câmara Municipal de Monte Azul Paulista

de 2024, que Do mede Previsão Geral Anual aos Salários e Vencimentos dos

Câmara Municipal de Monte Azul Paulista APROVADO
Plenário das Sessões, em 15,02,24

Fábio Jerônimo Marques - Presidente Câmera Municipal de Monte Azul Paulista



#### " Palácio 8 de Março "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361-1254 CNPJ n°. 54.163.167/0001-00 = Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo - Brasil

# **AUTÓGRAFO 1898/2024**

REFERENTE: PROJETO DE LEI Nº 1407, de 05 de fevereiro de 2024.

CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SALÁRIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA.

Os vereadores da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, aprovaram o seguinte Projeto de Lei:

**Artigo 1º** - Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2.024, a título de revisão geral anual (RGA), o reajuste de 4,62 % (quatro inteiros e sessenta e dois décimos por cento) para todos os servidores públicos da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

**Parágrafo Único -** O reajuste a que se refere o *caput* do artigo será concedido a título de revisão geral anual, prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, com aplicação acumulada do índice medido pelo IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

- **Artigo 2º-** Os servidores públicos da Câmara que percebem o menor piso salarial do Município, não poderão perceber salário e vencimentos inferiores ao menor saláriomínimo estadual vigente.
- **Artigo 3º-** Fica vedado a concessão da revisão geral anual aos agentes políticos, por força do princípio da anterioridade legislativa e do princípio da fixação de subsídio em parcela única.
- **Artigo 4º-** As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas com os recursos próprios, suplementados oportunamente, se for necessário.
- **Artigo 5º-** Fica dispensada a necessidade de apresentação do impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 2º da presente Lei, por determinação do § 6º do artigo 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2.000 (Lei de

C.P.

#### " Palácio 8 de Março "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361-1254 CNPJ n°. 54.163.167/0001-00 = Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email: secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br

Estado de São Paulo - Brasil

Responsabilidade Fiscal) e anexa-se a presente Lei o impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 3º da presente Lei.

**Artigo 6º-** Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.024, observada as vedações contidas na Lei Complementar Federal nº 173/2.020.

Monte Azul Paulista, 20 de fevereiro de 2024.

FÁBIO JERÔNIMO MARQUES Presidente

JOSÉ ALFREDO P. CANTORI Vice-Presidente

ELIEL PRIOLI

1º Secretário

ORIVAL ALVES



#### " Palácio 8 de Marco "

Rua Cel. João Manoel, n°. 90 - CEP. 14730-000 - fone/fax: 0XX-17- 3361-1254 CNPJ n°. 54.163.167/0001-00 = Site: www.camaramonteazul.sp.gov.br

Email : secretaria@camaramonteazul.sp.gov.br **Estado de São Paulo - Brasil** 

# ANEXO II VALOR DE REFERÊNCIA SALARIAL

REFER.	VALOR
01	2.197,02
02	2.353,95
03	2.950,28
04	3.138,60
05	3.766,32
06	4.394,04
07	6.277,20
08	8.055,74
09	9.625,04

Obs: Com RGA de 4,62% concedidos a partir de 01/2024.

Q .

EP.

#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA



ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

#### LEI No.2.614, de 21 de Fevereiro de 2024

<u>DISPÕE SOBRE</u>: CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SALÁRIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

<u>FAZ SABER</u>, que a Câmara Municipal de Monte Azul Paulista-SP., <u>APROVOU</u> e ele <u>SANCIONA</u> e <u>PROMULGA</u> a seguinte <u>LEI:</u>

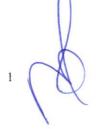
Artigo 1º - Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2.024, a título de revisão geral anual (RGA), o reajuste de 4,62 % (quatro inteiros e sessenta e dois décimos por cento) para todos os servidores públicos da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

Parágrafo Único - O reajuste a que se refere o caput do artigo será concedido a título de revisão geral anual, prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, com aplicação acumulada do índice medido pelo IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

Artigo 2º - Os servidores públicos da Câmara que percebem o menor piso salarial do Município, não poderão perceber salário e vencimentos inferiores ao menor salário-mínimo estadual vigente.

Artigo 3º - Fica vedado a concessão da revisão geral anual aos agentes políticos, por força do princípio da anterioridade legislativa e do princípio da fixação de subsídio em parcela única.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas com os recursos próprios, suplementados oportunamente, se for necessário.





#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

Artigo 5º - Fica dispensada a necessidade de apresentação do impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 2º da presente Lei, por determinação do § 6º do artigo 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e anexa-se a presente Lei o impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 3º da presente Lei.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.024, observada as vedações contidas na Lei Complementar Federal nº 173/2.020.

Registre-se, e Publique-se.

Monte Azul Paulista, 21 de Fevereiro de 2024.

Prefeito do Município Monte Azul Paulista-SP.



#### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA

ESTADO DE SÃO PAULO Praça Rio Branco, n.º 86 - CEP 14.730-000

ANEXO II

VALOR DE REFERÊNCIA SALARIAL

REFER.	VALOR
01	2.197,02
02	2.353,95
03	2.950,28
04	3.138,60
05	3.766,32
06	4.394,04
07	6.277,20
08	8.055,74
09	9.625,04

Obs: Com RGA de 4,62% concedidos a partir de 01/2024.





# PODER EXECUTIVO Atos Oficiais Leis

#### LEI Nº.2.614, de 21 de Fevereiro de 2024

DISPÕE SOBRE: CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL AOS SALÁRIOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE MONTE AZUL PAULISTA.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

<u>FAZ SABER</u>, que a Câmara Municipal de Monte Azul Paulista-SP., <u>APROVOU</u> e ele <u>SANCIONA</u> e <u>PROMULGA</u> a seguinte <u>LEI</u>:

Artigo 1º - Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2.024, a título de revisão geral anual (RGA), o reajuste de 4,62 % (quatro inteiros e sessenta e dois décimos por cento) para todos os servidores públicos da Câmara Municipal de Monte Azul Paulista.

Parágrafo Único - O reajuste a que se refere o caput do artigo será concedido a título de revisão geral anual, prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, com aplicação acumulada do índice medido pelo IPCA dos últimos 12 (doze) meses.

Artigo 2º - Os servidores públicos da Câmara que percebem o menor piso salarial do Município, não poderão perceber salário e vencimentos inferiores ao menor salário-mínimo estadual vigente.

Artigo 3º - Fica vedado a concessão da revisão geral anual aos agentes políticos, por força do princípio da anterioridade legislativa e do princípio da fixação de subsídio em parcela única.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei serão cobertas com os recursos próprios, suplementados oportunamente, se for necessário.

Artigo 5º - Fica dispensada a necessidade de apresentação do impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 2º da presente Lei, por determinação do § 6º do artigo 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e anexa-se a presente Lei o impacto orçamentário e financeiro do aumento de despesa constituída no artigo 3º da presente Lei.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2.024, observada as vedações contidas na Lei Complementar Federal nº 173/2.020.

Registre-se, e
Publique-se.
Monte Azul Paulista, 21 de Fevereiro de 2024.
MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS
Prefeito do Município

# Monte Azul Paulista-SP. ANEXO II VALOR DE REFERÊNCIA SALARIAL

REFER.	VALOR
01	2.197,02
02	2.353,95
03	2.950,28
04	3.138,60
05	3.766,32
06	4.394,04
07	6.277,20
08	8.055,74
09	9.625,04

Obs: Com RGA de 4,62% concedidos a partir de 01/2024.

#### LEI Nº.2.615, de 21 de Fevereiro de 2024

DISPÕE SOBRE: Fixa o subsídio do Prefeito do Município de Monte Azul Paulista - SP., para o mandato de 2025/2028, e dá outras providências.

MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

<u>FAZ SABER</u>, que a Câmara Municipal de Monte Azul Paulista-SP., <u>APROVOU</u> e ele <u>SANCIONA</u> e <u>PROMULGA</u> a seguinte <u>LEI</u>:

Artigo 1º - O subsídio do Prefeito do Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo, para o mandato de 2025/2028, fica fixado em R\$ 17.137,69 (dezessete mil, cento e trinta e sete reais e sessenta e nove centavos), observadas as normas e os dispositivos da Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 - Responsabilidade Fiscal.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário for.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, e
Publique-se.
Monte Azul Paulista, 21 de Fevereiro de 2024.
MARCELO OTAVIANO DOS SANTOS
Prefeito do Município
Monte Azul Paulista-SP.

LEI №.2.616, de 21 de Fevereiro de 2024

DISPÕE SOBRE: Fixa o

Para conferir o original, acesse: https://www.dioe.com.br/verificador/e55b-ba7e-21f8-0e33



# **VERSÃO PARA IMPRESSÃO**

Código Verificador: e55b-ba7e-21f8-0e33



Este documento é representação para impressão e cópia do original eletrônico do Diário Oficial do Município de Monte Azul Paulista (SP), Edição nº 1330A, ano XII, veiculado em 23 de february de 2024.



O documento original foi assinado digitalmente por ERICA CRISTINA SILVEIRA RICCI (CPF \*\*\*407728\*\*) em 23/02/2024 às 08:30:33 (GMT -03:00).

Certificado digital ICP-Brasil emitido por AC CERTIFICA MINAS v5 | AC CERTIFICA MINAS v5, do tipo A3.

#### Para conferir o original, acesse:

https://www.dioe.com.br/verificador/e55b-ba7e-21f8-0e33